

BNCC NA PRÁTICA: A TEMÁTICA SAÚDE E SUA APLICABILIDADE NO COTIDIANO ESCOLAR

Ligiani Cordeiro dos Reis (PIC/CNPq/UEM), Lorena Mota Catabriga (PIC/CNPq/UEM), Ana Luiza Barbosa Anversa (Orientadora), e-mail: albanversa2@uem.br, Vânia de Fátima Matias de Souza (Co-Orientadora).

Universidade Estadual de Maringá / Centro de Ciências Biológicas e da Saúde/Maringá, PR.

Área e subárea do conhecimento conforme tabela do [CNPq/CAPES](#) é Educação Física - Educação Física - 40900002

Palavras-chave: Educação Física Escolar; BNCC; Saúde.

Resumo:

Este estudo teve como objetivo verificar como a temática saúde é apresentada na BNCC e como se configura sua execução nas aulas de Educação Física no Ensino Médio, a partir da perspectiva de professores do Programa Residência Pedagógica (RP) e Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID). Para tanto, utilizando-se do método qualitativo do tipo descritivo, realizou entrevistas semiestruturadas com os professores receptores do RP e PIBID. As entrevistas foram analisadas com base na análise de conteúdo. Como resultados compreendeu-se que há uma necessidade de adaptação da BNCC acerca do tema saúde, bem como indícios da necessidade dos professores aprofundarem em relação ao tema, para além do discurso médico-sanitário explorando os determinantes sociais da atividade física. Entretanto, evidenciou-se, que para essa ampliação faz-se necessário a ampliação da carga horária e o quantitativo aulas da disciplina de Educação Física para ampliar o conhecimento de tais conteúdos.

Introdução

A Educação Física (EF) no contexto escolar, foi inserida em uma perspectiva higienista, sendo trabalhada para o aprimoramento das qualidades físicas e manutenção da saúde. Segundo Ferreira e Sampaio (2013), a Reforma Couto Ferraz de 1851 introduziu a EF nas escolas brasileiras, em 1882, Rui Barbosa por meio desta reforma definiu a ginástica como obrigatória, entretanto, foi só a partir de 1920 que diversos estados colocaram a EF em suas reformas educacionais. Além da tendência higienista, a EF assumiu outras tendências de intervenção, sendo a Militarista, Pedagogicista, Competitivista, e na atualidade a Educação Física Popular.

A partir das discussões da tendência popular da EF, a área foi se consolidando no contexto escolar, firmando-se como componente curricular por meio da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) 9394/1996. Tais Diretrizes visam organizar a estrutura da educação brasileira, propondo concepções, valores e finalidades.

Outro documento que norteia os valores e finalidades da educação básica é o Plano Nacional de Educação (PNE). Uma das metas do PNE era a criação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), um documento normativo que apresenta as competências, habilidades e as aprendizagens essenciais que todos os estudantes devem desenvolver durante as etapas da educação básica, ou um parâmetro para a formulação dos currículos dos sistemas e de redes escolares (BRASIL, 2018).

Nesse sentido, e sabendo que o conteúdo “saúde” é pouco trabalhado nas aulas de EF, visto que na maioria das vezes os esportes, e conteúdos práticos tem uma “voz ativa” maior que conteúdos teóricos, em geral aborda o tema saúde como um conteúdo teórico-prático visto seu passado na EF. Esse impasse pode ser observado a partir de programas como o Residência Pedagógica (RP) e Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID). Tendo essa compreensão, a pesquisa realizada teve como objetivo verificar como a temática saúde é apresentada na BNCC e como se configura sua execução nas aulas de Educação Física no Ensino Médio, a partir da perspectiva de professores do Programa Residência Pedagógica (RP) e Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID).

Materiais e métodos

A presente pesquisa adotou o método qualitativo do tipo descritivo, sendo que nessa perspectiva a pesquisa se dividiu em dois momentos: a) Revisão integrativa acerca do tema saúde na EF aplicada ao Ensino Médio (EM), b) Pesquisa de campo por meio de entrevistas semiestruturadas com três professores preceptores do programa RP e um professor do PIBID, do curso de Educação Física, da Universidade Estadual de Maringá – PR (UEM).

Após a realização das entrevistas, realizou-se a transcrição para fins de categorizar e analisar os resultados obtidos. Por fins éticos, os professores tiveram seus nomes e identidades protegidos e dessa forma foram identificados por meio de números, os quais seguem a ordem de realização das entrevistas.

Resultados e Discussão

A BNCC afirma que no Ensino Médio há a necessidade de consolidar os conhecimentos adquiridos no decorrer de toda a formação do aluno. Nessa fase da educação o jovem articula sua realidade social aos seus conhecimentos e saberes, além de dar início à um aprofundamento no conhecimento sobre si mesmo (BRASIL, 2018).

Acerca do tema saúde nas aulas de Educação Física, esses documentos apontam como direito de aprendizagem do estudante se autoconhecer e

saber cuidar e apreciar sua saúde física e emocional, compreender-se como um ser humano individual que faz parte de uma sociedade, repleta de diversidade. Os documentos retratam a saúde como um tema intrínseco nas unidades temáticas sempre buscando relacionar o exercício às suas causas e efeitos na saúde.

Os professores argumentaram que os documentos tratam o tema saúde de forma superficial e que fica a cargo do professor definir o que é relevante e necessário ou não de os alunos obterem conhecimento sendo negligenciados os indicativos necessários dos conteúdos mínimos sobre a temática a serem tratados.

Com base nesses documentos os professores afirmaram trabalhar em suas aulas questões de academia, doenças associadas à falta de exercício, cuidado corporal, alimentação, uso de drogas, anabolizantes e questões emocionais. Porém, notou-se um tratamento superficial a conteúdos que trabalhem questões de transtornos alimentares e que tragam questionamentos e críticas sobre as ditaduras estéticas que os meios de comunicação têm imposto aos jovens.

Nas entrevistas, os professores refletiram acerca das impossibilidades para se trabalhar o tema saúde na escola e os professores 01 e 02 argumentaram a respeito da falta de materiais, a utopia dos documentos orientadores ao proporem práticas corporais que fujam da realidade escolar e relataram ainda a falta de um livro didático de Educação Física, que sirvam de apoio. Os professores 03 e 04 afirmaram que a única limitação é em questão de aprofundamentos, por conta do tempo (carga horária) de aula e a quantidade de conteúdo.

Na busca por compreender se há um incentivo para uma formação continuada dos professores, para que possam estar mais preparados ao abordar o tema saúde, os professores 01 e 03 falaram apenas do âmbito escolar, este na qual segundo os professores, em termos de estrutura, é o suficiente. No entanto, os professores 02 e 04 afirmaram que falta incentivo por parte do governo, pois embora este afirme no Referencial Curricular do Paraná que se deve ter uma formação continuada dos profissionais da educação, não fornece tempo na carga horária dos professores que buscam uma preparação mais especializada, dando assim, uma continuidade em sua formação.

O professor 04, ainda salientou a questão das últimas reformas do Ensino Médio terem diminuído ainda mais as aulas de EF, estas que antes eram três aulas semanais, passaram a ser duas aulas na semana. E visto isso, é de se indagar se poderia a Educação Física Escolar trabalhar de forma eficaz, concreta e contínua todos esses aspectos em apenas duas aulas semanais. Para além disso, cabe refletir também a relação de que o tratamento do tema saúde nas escolas, bem como os demais conteúdos é de interesse público, pois é através do exposto nas aulas que esses alunos poderão (re)avaliar seu modo de vida e procurar se prevenir de doenças, transtornos e síndromes que podem ser acarretadas pelo modo de vida desses alunos.

Conclusões

Visto a abrangência do tema saúde e que este também é trabalhado em outras disciplinas, é imprescindível que os documentos orientadores sejam reavaliados, buscando delimitar conteúdos a respeito desta temática, porém sem possuir um caráter prescritivo. Além disso, mostrou-se indispensável que os professores busquem conhecer e aprofundar os conhecimentos acerca destes documentos, de forma a embasarem seus conhecimentos e planejar suas aulas, de modo que possam, na medida do possível, que nenhum conteúdo seja negligenciado aos alunos.

Para além, faz-se necessário uma reavaliação das políticas educacionais municipais e estaduais, no que tange ao incentivo a uma formação continuada dos professores nas escolas, para que estes estejam e se sintam mais preparados e identificados para exercer suas funções.

Agradecimentos

A minha orientadora, Prof. Dr. Ana Luiza Barbosa Anversa, e à minha co-orientadora, Prof. Dr. Vânia de Fatima Matias de Souza, por todas as dicas, conselhos e auxílio passados para a elaboração deste trabalho de iniciação científica. Por fim, à Universidade Estadual de Maringá (UEM), por fomentar a pesquisa científica.

Referências

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular: Educação é a Base. Versão Homologada – Educação Básica.** Ministério da Educação, dezembro, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versao_final_site.pdf. Acesso em: 25 jun. 2020.

BRASIL, **Lei de Diretrizes e B. Lei nº 9.394/96**, de 20 de dezembro de 1996.

CASTELLANI FILHO, L. **Política educacional e Educação Física: polêmicas de nosso tempo.** Campinas: Autores Associados, 1998.

FERREIRA, H. S.; SAMPAIO, J. J. C. Tendências e abordagens pedagógicas da Educação Física escolar e suas interfaces com a saúde. **EFdeportes. Buenos Aires**, ano18, nº182, jul. 2013.